

Pension Watch

Compactos sobre a protecção social na velhice



Compacto n° 17

Conteúdo

- 2 Por que é que a voz e a responsabilização são importantes para a protecção social?
- 2 Dados gerados pelas pessoas idosas monitoras
- 3 Pensões sociais em Moçambique
- 3 Selecção e registo de beneficiários
- 4 Provisão e pagamento
- 5 Participação e responsabilização
- 5 Conclusões e recomendações

Voz e responsabilização no Programa Subsídio Social Básico

Evidências das pessoas idosas monitoras em Moçambique

A voz e a responsabilização são princípios centrais de uma abordagem baseada em direitos em torno da protecção social. Este compacto apresenta os dados de exercícios de cartões de pontuação realizados pelas pessoas idosas monitoras, juntamente com os beneficiários do Programa Subsídio Social Básico (PSSB) em Moçambique. Os cartões de pontuação focalizaram nas questões de implementação e responsabilização no programa em referência, e destacaram áreas que requerem melhoria, tanto na implementação do programa a nível local como no desenho de políticas de protecção social.

Sumário

- Quarenta e quatro por cento dos inquiridos disseram que não sabiam por que as pessoas eram seleccionadas para receber o PSSB.
- Sessenta e oito por cento dos inquiridos disseram que não sabiam com quem falar se eles tiverem uma queixa ou problema com a sua pensão.
- A introdução de uma pensão social universal com simples critérios de elegibilidade irá apoiar na melhoria de uma série de objectivos de implementação e de responsabilização das reformas governamentais propostas para o sistema de protecção social.
- Um trabalho contínuo para desenvolver um mecanismo de reclamações e compensação para o PSSB deve adoptar uma abordagem de duas componentes que reforça o papel da monitoria feita pelas pessoas idosas e desenvolve uma plataforma digital para o registo e canalização das reclamações para os níveis provincial e nacional.

HelpAge

International

Na actualidade, a protecção social é amplamente reconhecida pelo papel que joga no combate à pobreza e à desigualdade, bem como no apoio ao desenvolvimento sustentável. Isso é reconhecido numa série de instrumentos internacionais e regionais, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável,¹ bem como evidenciado pelo aumento significativo do número de países que trabalham para a expansão dos seus sistemas de protecção social, durante a última década.²

A voz e a responsabilização são princípios centrais de uma abordagem baseada em direitos humanos em torno da protecção social.³ A voz está relacionada com a participação nas decisões que afectam a nossa vida, expressando a opinião, e encontrando-se e debatendo com os outros. A responsabilização refere-se ao processo de manter os “indivíduos, instituições e organizações responsáveis para a execução das suas atribuições de acordo com uma certa norma”.⁴ A responsabilização está relacionada não somente com a monitoria das normas, mas também ter acesso à justiça e à solução dos problemas.

Por que é que a voz e a responsabilização são importantes para a protecção social?

Há pelo menos três razões principais da importância da voz e da responsabilização para a protecção social. A nível programático, o fortalecimento da responsabilização na protecção social é importante para assegurar que os programas funcionam de forma eficaz: reduzindo erros, fraude e corrupção; assegurando que os beneficiários da protecção social recebam a quantia exacta de dinheiro, de forma regular, fiável e acessível, e melhorando o desenho de políticas. Ademais, o fortalecimento da responsabilização também pode contribuir para maiores esforços para construir a confiança das pessoas no Estado e contribuir para o fortalecimento das relações entre o Estado e a sociedade, por exemplo, através da provisão de canais para os beneficiários e a comunidade em geral apresentarem as suas preocupações e participarem no desenvolvimento de políticas e programas. A responsabilização também tem um impacto a nível intrínseco: o facto de termos uma opinião sobre questões que afectam a nossa vida é importante para a nossa dignidade e autoestima, e é fundamental para uma protecção social baseada em direitos.⁵

Dados gerados pelas pessoas idosas monitoras

A HelpAge International apoia as pessoas idosas monitoras para recolherem dados sobre os mecanismos de protecção social disponíveis para pessoas idosas nos seus países. Estas evidências são usadas pelas pessoas idosas para fazerem advocacia com os técnicos locais para as melhorias na implementação dos referidos mecanismos de protecção social a nível local, e a nível nacional para advogar para uma mudança de longo prazo no desenho e operacionalização das políticas de protecção social.

Este resumo apresenta dados dos cartões de pontuação em que as pessoas idosas monitoras realizaram com 161 beneficiários do Programa de Subsídio Social Básico em Moçambique, e dados qualitativos de discussões com grupos focais. Os cartões de pontuação e discussões em grupo foram realizados nos pontos de pagamento do PSSB localizados nas Províncias de Inhambane e Sofala, durante o mês de Maio de 2017. Os inquiridos responderam a perguntas sobre a selecção e registo de beneficiários, provisão e pagamentos, e participação e responsabilização no PSSB.

Não se espera que os dados sejam representativos dos beneficiários do PSSB como um todo, mas dá uma imagem rápida sobre os desafios que são relevantes para o próximo desenho e implementação de políticas de protecção social em Moçambique. Mais informação sobre a monitoria feita por pessoas idosas e como esta é feita em Moçambique pode ser encontrada na última página deste resumo.

1. United Nations, Sustainable Development Goals, Goal 1 End poverty in all its forms everywhere, Goal 1 targets, www.un.org/sustainabledevelopment/poverty/ (5 fevereiro 2018)

2. International Labour Organisation, *World Social Protection Report 2017-19: Universal social protection to achieve the Sustainable Development Goals*, Geneva, International Labour Office, 2017

3. International Labour Organisation, R202 – Social Protection Floors Recommendation, 2012 (No. 202) www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:R202 (5 Feb 2018)

4. McGee, R and Gaventa, J, *Synthesis report: Review of Impact and Effectiveness of Transparency and Accountability Initiatives*, Institute of Development Studies, 2010

5. Sepulveda, M and Nyst, C, *The Human Rights Approach to Social Protection*, Ministry for Foreign Affairs of Finland, 2012

Pensões sociais em Moçambique

Actualmente, o maior programa de protecção social em Moçambique é o Programa Subsídio Social Básico (PSSB), que dá transferências monetárias mensais para mais de 370.000 agregados familiares que são avaliados como tendo “incapacidade permanente para o trabalho”, 93 por cento dos quais são agregados familiares vivendo com ou liderados por pessoas idosas. Recentemente, Moçambique deu passos importantes para expandir a cobertura da protecção social, incluindo o aumento da alocação orçamental e aprovação da nova Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2016-24 II (ENSSB II).

Figura 1: Respostas à pergunta: “Foi fácil entrar no PSSB?”

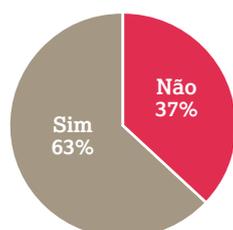
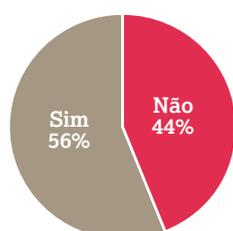


Figura 2: Respostas à pergunta: “Alguma vez recebeu visita do INAS?”



Figura 3: Respostas à pergunta: “Vocês sabem por que as pessoas são selecionadas para beneficiarem do PSSB?”



Reconhecendo os altos níveis de pobreza e vulnerabilidade enfrentados pela maioria da população no país, a ENSSB II propõe modificar o actual sistema de selecção baseada na pobreza do agregado familiar para a selecção categórica baseada nos riscos do ciclo de vida que incluem subsídios do idoso, de incapacidade funcional, e subsídio para crianças. A ENSSB II propõe dar subsídios do idoso para 90 por cento das pessoas idosas, até 2024. Isso podia preencher a lacuna de cobertura de pensões no sistema de segurança social que actualmente alcança apenas 12 por cento das pessoas idosas de 60 anos ou mais de idade.⁶ A estratégia também destaca uma série de reformas relacionadas com o desenvolvimento institucional e operacional.

Seleção e registo de beneficiários

O PSSB destina-se a beneficiários pobres e tem critérios de elegibilidade rígidos baseados na incapacidade para o trabalho e para geração de renda, estado de saúde, idade, nacionalidade e residência. Os agregados familiares elegíveis para o PSSB são identificados pelo Permanente – um membro da comunidade seleccionado oficialmente para trabalhar como uma pessoa de ligação entre a comunidade e o Instituto Nacional de Acção Social – INAS, a instituição governamental responsável pela implementação do PSSB. O Permanente faz chegar os dados sobre os agregados familiares ao INAS que, por sua vez, faz a verificação da elegibilidade administrando um simples teste de vulnerabilidade. Depois os beneficiários são colocados numa das cinco possíveis escalas de pagamento e recebem entre 310 Mts (\$5.20) e 610 Mts (\$10.25), dependendo do tamanho do agregado familiar. Na verdade, o INAS enfrenta sérios constrangimentos em recursos humanos para realizar visitas aos agregados familiares.

Os dados gerados pelas pessoas idosas monitoras comunitárias revelaram que mais do que um terço dos inquiridos disse que não era fácil entrar no PSSB (Figura 1). Em casos onde o INAS realiza as visitas domiciliárias, uma das barreiras comuns para as pessoas idosas se registarem é a falta de registo de nascimento, um BI, bem como o processo longo, oneroso e complexo para a obtenção do BI. Contudo, apenas 16 por cento dos beneficiários do PSSB entrevistados tinham alguma vez recebido uma visita do INAS (Figura 2). Isto significa que uma grande maioria dos agregados familiares é aprovada para o PSSB apenas com base na recomendação do Permanente. Outros estudos constataram que alguns beneficiários do PSSB sentiam que a única forma de entrar no programa era ter o favor do seu líder local ou Permanente.⁷

Quase metade dos inquiridos disse que não sabia com que base as pessoas eram seleccionadas para receberem o PSSB (Figura 3). Um estudo anterior constatou que a falta de transparência sobre os critérios de elegibilidade, falta de documentação e processo sistemático, incluindo ausência de visitas do INAS, criavam espaço para a pressão pública e política para o incumprimento dos critérios oficiais de entrada no sistema dando assim favor da inclusão de certos agregados familiares.⁸ A citação que se segue ilustra a situação de um candidato que recebeu uma visita do INAS: “Eu tinha esperança de ser seleccionado para o Programa de Transferência Monetária, mas estes jovens que vieram à nossa aldeia fizeram muitas, mas muitas perguntas. Eles queriam entrar na nossa casa para ver quem estava lá, quem tem forma de ganhar dinheiro, quantas cadeiras e mesas temos, todas estas perguntas excessivas. Mas no final, a minha família não foi seleccionada (para o programa) e não sabemos por quê”.⁹

6. República de Moçambique, Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (2016-2024), Maputo, Fevereiro 2016

7. Selvester K, Fidalgo L and Taimo N, *Transforming Cash Transfers: Beneficiary and community perspectives on the Basic Social Subsidy Programme in Mozambique*, London, Overseas Development Institute, 2012

8. Selvester et al

9. Galvani F, Stefanoni S and Williamson C, *Cash transfers and older people's access to healthcare: A multi-country study in Ethiopia, Mozambique, Tanzania and Zimbabwe*, London, HelpAge International, 2017

Figura 4: Respostas à pergunta: “Vocês receberam o vosso pagamento pontualmente?”

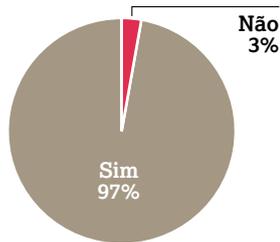


Figura 5: Respostas à pergunta: “Foram informados antecipadamente sobre a data do pagamento?”

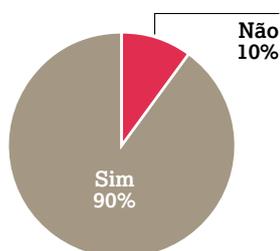
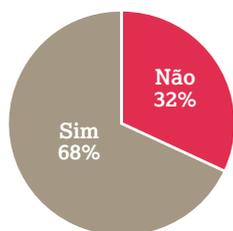


Figura 6: Respostas à pergunta: “O vosso pagamento corresponde à vossa categoria de beneficiário?”



Os participantes das discussões em grupos numa comunidade também levantaram a questão de que muitas pessoas idosas vulneráveis não faziam parte do PSSB. Esta questão pode ser causada pelo favoritismo, mas também relaciona-se com o orçamento limitado para o PSSB por localidade.

Nalgumas discussões em grupos, alguns inquiridos que tinham sido aprovados para o PSSB disseram que eles não sabiam como tinham sido alocados para a sua escala de pagamento. Um inquirido comentou que as condições dela tinham mudado mas a escala de pagamento dela não tinha mudado: “Eu entrei no programa em 2012, e agora vivo com 3 netos mas o valor ainda não aumentou. Como é que eles irão viver?” Alguns participantes de discussões com grupos focais relacionaram a inflexibilidade da escala de pagamento com a falta de visitas do INAS: “Se o INAS não nos visita, como eles irão saber quantas pessoas vivem na minha casa para reajustarem a escala?”.

Provisão e pagamento

O PSSB é provido através de um sistema manual de pagamentos. Exige-se que os beneficiários do subsídio estejam presentes no ponto de pagamento, numa base mensal e recebem o dinheiro em numerário – um processo dispendioso e longo. Na verdade, os pagamentos são normalmente feitos numa base bimensal por causa dos vários constrangimentos logísticos, de recursos e orçamentais enfrentados pelo INAS.¹⁰

Os dados recolhidos pelas pessoas idosas monitoras mostraram que os inquiridos estavam relativamente satisfeitos com o pagamento do PSSB. Quase todos os inquiridos desta recolha de dados de Maio de 2017 reportaram que tinham recebido o seu pagamento dentro dos dias estipulados (Figura 4) e tinham sido informados antecipadamente sobre a data de pagamento (Figura 5). Entretanto, nas discussões com grupos focais, os inquiridos comentaram que tinha havido demora no passado, e que, algumas vezes, tinham ficado 2-3 meses sem receber o seu pagamento.

Contudo, quase um terço dos inquiridos disse que o seu pagamento não correspondia à sua escala de pagamento (Figura 6). Estudos anteriores constataram que os beneficiários do PSSB não tinham conhecimento das escalas de pagamento.¹¹ Nas discussões com grupos focais, alguns inquiridos disseram que tinham respondido “não” para esta pergunta porque tinham sido retirados às correrias dos pontos de pagamento e não conseguiram conferir a quantia de dinheiro que tinham recebido, “não sabemos, porque os pagadores só nos dão dinheiro, mas não nos dão tempo para conta-lo e ver se está completo.”

10. Kardan, A, Bailey, S, Solorzano, A and Fidalgo, L, *Shock-responsive social protection systems research, Case study – Mozambique*, Oxford, Oxford Policy Management, 2017

11. Selvester et al

Figura 7: Respostas à pergunta: “Vocês foram envolvidos na selecção do Permanente?”



Figura 8: Respostas à pergunta: “Sabem com quem falar, em caso de terem uma reclamação?”



Participação e responsabilização

As operações do PSSB são supervisionadas pelo Instituto Nacional de Acção Social (INAS) que tem escritórios localizados a nível provincial. A nível comunitário, as operações do PSSB são apoiadas pelo Permanente, que é responsável pela identificação dos elegíveis para o PSSB, ajudando às pessoas a candidatarem-se no INAS, provendo informação aos agregados familiares sobre o programa, e realizando visitas domiciliárias para fins de monitoria e avaliação.

A introdução do papel de Permanente previa aliviar algum fardo do pessoal do INAS, contudo, os dados mostram que esta é uma área controversa. Dois terços dos inquiridos disseram que eles não tinham sido envolvidos na selecção do Permanente para a sua comunidade (Figura 7), mesmo havendo necessidade de a selecção ser um processo transparente e participativo. Nalgumas comunidades, a confiança no Permanente pareceu ser baixa: “Nós só fomos ditos que eles eram nossos chefes, e se houver alguma coisa (com o PSSB) temos de falar com eles.” Noutras comunidades, as respostas foram mais positivas, tendo sido comentado que o Permanente tinha sido útil e que dava informação exacta e oportuna sobre o programa.

Igualmente, espera-se que o Permanente funcione como o ponto de contacto para os beneficiários do PSSB e a comunidade em geral para obter ajuda com quaisquer problemas que eles podem ter com o programa, incluindo canalização de reclamações ao INAS. Contudo, mais do que dois terços dos inquiridos disseram que não sabiam com quem falar se tivessem um problema com o PSSB (Figura 8). As discussões com grupos focais sugeriram que as respostas “não” tinham a ver com o facto de ou os inquiridos realmente não sabiam com quem falar ou, na verdade, não queriam falar com o Permanente e não tinham alternativa: “Não sabemos onde podemos reclamar quando eles [Permanentes] não nos tratam bem. Quando reclamamos perante o líder (comunitário), ele diz que devemos ir ao ponto de pagamento.” Estudos anteriores mostraram que o sistema de obter favor dos líderes locais ou do Permanente a fim de beneficiar do PSSB implicava que havia menor probabilidade de os beneficiários queixarem-se deles por medo de serem retirados do sistema.¹²

Conclusões e recomendações

Os dados recolhidos pelas pessoas idosas monitoras em Moçambique destacaram uma série de desafios relacionados com o desenho e implementação do PSSB. O Governo de Moçambique já deu passos importantes para responder à essas questões através de propostas feitas na ENSSB II. Algo importante a destacar dessa resposta é uma mudança sugerida do actual sistema de selecção baseada na pobreza do agregado familiar para a selecção categórica baseada nos riscos do ciclo de vida que incluem subsídios do idoso, de incapacidade funcional e subsídios para crianças, bem como as reformas institucionais e operacionais.

Introduzir um esquema de pensão social universal com critérios de elegibilidade simples para ajudar a reforçar a responsabilização

Os dados apresentados neste relatório destacam como a abordagem de selecção baseada na pobreza pode enfraquecer a responsabilização. Mesmo se o PSSB usasse um método de teste de recursos relativamente simples, as pessoas poderiam ainda ter dificuldade em compreender por que foram excluídas, especialmente em contextos onde a maioria das pessoas são pobres. Por causa da limitação de recursos no PSSB, a abordagem de selecção baseada na pobreza tornou-se livremente implementada, com o Permanente aprovando os agregados familiares para o sistema. Isso cria mais oportunidades para erros, fraude e corrupção a nível local; isso pode diminuir a confiança das pessoas no governo e criar desconfiança nas comunidades.

12. Selvester et al

A ENSSB II propõe a introdução de um subsídio do idoso que irá cobrir 62,5 por cento das pessoas idosas com 60 anos ou mais de idade até 2019, aumentando para 90 por cento até 2024,¹³ mas, actualmente, isso está pendente, esperando pela aprovação do Conselho de Ministros. As evidências aqui sugerem que, para melhorar o acesso e a responsabilização, o novo sistema deve usar critérios de elegibilidade simples e transparentes. Os sistemas de protecção social com critérios de elegibilidade e processos administrativos simples são mais conducentes ao fortalecimento da responsabilização na protecção social, particularmente em locais com poucos recursos. Para os beneficiários, é mais fácil lembrar-se das datas de pagamento e da quantia de dinheiro que eles devem receber. Quando as pessoas não têm de depender de obter favor de um líder local ou Permanente para serem admitidas para um programa, elas terão maior possibilidade de levantar uma reclamação sobre qualquer má conduta.

Um nível crescente de países na região da SADC têm implementado subsídio do idoso universal ou com teste de pensões,¹⁴ com um simples ponto de corte/exclusão e um requisito básico de provar a situação de cidadania e de residência. As pensões universais ou quase universais têm uma longa história em países tais como Botswana, Maurícias, Namíbia e África do Sul, e foram descritas como parte do modelo de protecção social da África Austral.¹⁵ Uma tendência mais recente tem sido vista em países de baixa renda que estão expandindo tais esquemas. Em 2016, a região semiautónoma do Zanzibar, Tanzânia, lançou uma pensão social universal, enquanto o Uganda está actualmente a lançar o seu modelo de pensão social universal em fase piloto para mais distritos, e prevê-se que Quénia lance uma pensão social universal no início de 2018.

Fortalecer o mecanismo de reclamações e compensação a nível comunitário e da ligação aos níveis provinciais e nacionais.

A criação de um ambiente onde as pessoas se sintam mais capazes de levantar uma determinada questão é um passo importante para fortalecer a responsabilização. Outro passo é desenvolver um mecanismo de reclamações e de gestão de casos robusto – uma área em que os dados gerados pelas pessoas idosas monitoras destacaram como sendo particularmente fraca no PSSB. O INAS já incorporou isso como uma área de foco das suas reformas institucionais e operacionais, e tem estado a trabalhar com a HelpAge e outros parceiros da sociedade civil para criar e introduzir um novo sub-sistema de mecanismo de reclamações e gestão de casos.

O novo sub-sistema em desenvolvimento irá envolver grupos comunitários de pessoas idosas monitoras que trabalham juntamente com o Permanente para gerir as reclamações e dar um canal alternativo para respostas às reclamações. Esta abordagem tem sido usada com sucesso nos esquemas de pensão social na Uganda e em Zanzibar onde pessoas idosas monitoras selecionadas visitam os agregados familiares com pessoas idosas para darem informação sobre os esquemas e serviços do governo, e para lhes ajudar com quaisquer perguntas incluindo canalização de reclamações no mecanismo de reclamações oficial.

Juntamente com o fortalecimento do papel dos grupos comunitários na gestão de mecanismo de reclamações e casos, o INAS e a HelpAge têm estado a desenvolver um sistema digital de gestão de documentos que irá ajudar para que as reclamações levantadas pelos beneficiários do PSSB e outros programas sociais do INAS sejam formalmente registados e canalizados aos escritórios provinciais e central do INAS, ultrapassando assim as barreiras de distância e custos de comunicação que actualmente são grandes obstáculos para um mecanismo eficaz de reclamações e de gestão de casos.

13. República de Moçambique,

14. Um “teste de pensões” exclui todas as pessoas idosas que já tenham alguma outra forma de pensão. Para mais informação, visitem o seguinte sítio de internet: www.pension-watch.net/about-social-pensions/about-social-pensions/social-pensions-around-the-world/

15. Niño-Zarazúa, M, Barrientos, A, Hulme, D and Hickey, S, *Social protection in sub-Saharan Africa: Will the green shoots blossom?* Brooks World Poverty Institute Working Paper Series No. 11610, Manchester, The University of Manchester, 2010

Um sistema digital joga um papel importante para melhorar os conhecimentos dos técnicos sobre as reclamações, mas há ainda muito por se fazer para melhorar a sua capacidade e vontade de responde-las. Um esquema de protecção social com critérios de elegibilidade simples pode melhorar isso, já que é mais fácil para os técnicos usar tais critérios. Quando os beneficiários compreendem melhor os processos administrativos, ajuda-lhes a reduzir o volume de “reclamações” relacionadas com os mal-entendidos sobre o esquema – reduzindo, por conseguinte, o fardo sobre os técnicos do governo.

Melhorar a supervisão do processo de pagamento e do pessoal de primeiro contacto através de um maior envolvimento dos monitores comunitários

Os dados gerados através da monitoria feita pelos cidadãos destacaram a questão de os beneficiários do PSSB serem retirados às correrias dos pontos de pagamento e de não terem tempo suficiente para conferir se receberam a quantia exacta de dinheiro. Esta situação pode ser causada por duas possíveis razões. A primeira é que os técnicos responsáveis pelo pagamento podem desviar parte do dinheiro no ponto de pagamento, e deliberadamente retirarem os beneficiários às correrias para não terem tempo para descobrirem que o dinheiro pago não está completo. Embora as discussões com grupos focais em Moçambique não conseguiram investigar com profundidade esta questão, a situação não é rara e tem ocorrido em outros países que implementam programas de transferências monetárias para pessoas idosas.¹⁶ A falta de um processo rigoroso para o registo de pagamentos piora esta situação.

A segunda razão pode estar ligada ao fraco conhecimento dos técnicos sobre como se comunicar com os beneficiários do PSSB. Um sistema de protecção social direccionado para agregados familiares e pobres com “incapacidade permanente para o trabalho” inevitavelmente inclui pessoas idosas com problemas de saúde, incluindo problemas de visão, audição, doença crónica, e pessoas com diferentes tipos de deficiência. A combinação de problemas fisiológicos com um método pouco claro de selecção baseado na pobreza deixa os beneficiários de PSSB numa posição particularmente desvantajosa em relação aos técnicos que implementam o esquema.

Isso realça a necessidade de melhorar a supervisão do processo de pagamento e do pessoal de contacto – também reconhecido na ENSSB II, que propõe a introdução de pagamentos electrónicos como parte de um maior processo de digitalização do e-INAS. Contudo, existe pouca probabilidade de os pagamentos electrónicos serem introduzidos a breve trecho, sendo, por isso, importante estabelecer mecanismos intermédios de pagamento. Devido aos constrangimentos orçamentais que o INAS enfrenta actualmente para fazer visitas aos locais de implementação, recomenda-se reforçar o papel das pessoas idosas monitoras para funcionarem como observadores nos pontos de pagamento para assegurar que os beneficiários do PSSB tenham tempo suficiente para conferir o seu dinheiro, e para serem dados poder para reportarem directamente ao INAS.

Por último, embora as reformas propostas no âmbito da ENSSB II possam dar origem à ferramentas, procedimentos e sistemas mais eficazes, a mudança de atitude dos técnicos do governo é importante. Em última análise, eles estão lá para servir os interesses e direitos de todas as pessoas idosas Moçambicanas, e se esta questão não for resolvida, os problemas irão continuar.

16. Livingstone, A, *Accountability in social pension programmes: A baseline mapping of the Old Age Grant in South Africa*. London, HelpAge International, 2014

HelpAge International é uma rede global de organizações que promovem o direito de todas as pessoas idosas de levar uma vida digna, saudável e segura.

HelpAge International
PO Box 70156
London WC1A 9GB, UK
Tel +44 (0)20 7278 7778
Fax +44 (0)20 7387 6992

info@helpage.org
www.helpage.org

Número de caridade registrado 288180

 @HelpAge

 HelpAge International

Escrito por: Alice Livingstone, com apoio de Ferdinando Almeida e Alvaro Zimba

Foto por APITE, Província de Tete
Projetado por TRUE www.truedesign.co.uk

Direitos de autor © HelpAge International.
Essa publicação é licenciada pela Atribuição Não-Comercial 4.0, <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

Quaisquer partes dessa publicação podem ser reproduzidas sem permissão para propósitos educacionais e não lucrativos se HelpAge International for mencionada como a fonte e receber uma cópia da ou link.

ISBN 978-1-910743-37-9

DataKind

Esse compacto foi produzido com apoio financeiro do Ministério de Cooperação Económica e Desenvolvimento do governo federal alemão. O conteúdo dessa publicação é de responsabilidade exclusiva da HelpAge International e não necessariamente reflete a visão do BMZ.

Financiado por



Federal Ministry
for Economic Cooperation
and Development

Mais informação sobre a monitoria feita por pessoas idosas

A monitoria feita por pessoas idosas tem sido uma característica central do trabalho da HelpAge sobre voz e responsabilização, desde o ano de 2002. Até à data, esse trabalho já envolveu mais de 3.000 associações de pessoas idosas em 27 países. As pessoas idosas monitoras recolhem evidências de forma regular e fazem advocacia sobre questões que incluem serviços de saúde e protecção social, bem como a inclusão de pessoas idosas no processo de planificação e orçamentação local. Em Moçambique, a monitoria feita por pessoas idosas baseou-se na Iniciativa da Monitoria Comunitária Independente (MCI), que a HelpAge desenvolveu com membros da Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para a Protecção Social, com apoio financeiro da Embaixada do Reino dos Países Baixos.

Para mais informações sobre o trabalho da HelpAge relacionado com voz e responsabilização na protecção social, incluindo dados da monitoria feita por pessoas idosas de outros países, visite o sítio: [visit www.pension-watch.net](http://www.pension-watch.net). Para mais informações sobre o trabalho da HelpAge relacionado com voz e responsabilização em geral visite o sítio: www.helpage.org

Descubra mais:

www.pension-watch.net

Agradecimentos

A HelpAge International gostaria de agradecer às seguintes entidades: Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento da Alemanha, pelo seu apoio financeiro; ASADEC (Sofala) e APOSEMO (Inhambane) que apoiaram no processo de recolha de dados da Monitoria Comunitária Independente e da monitoria feita pelas pessoas idosas; Kelvin Tay e Jeremy Osborn da DataKind pelo apoio profissional com as análises e ilustrações; a Tableau pelo licenciamento do Desktop; e Charles Knox-Vydmanov e Flavia Galvani pelos comentários e revisão. Finalmente, agradecimentos especiais para as Pessoas Idosas Monitoras e todos os beneficiários do PSSB que deram a sua opinião às Pessoas Idosas Monitoras.